

**EXAME DE ORDEM 2004.1 - PROVA OBJETIVA
CONSTITUCIONAL**

1. Analise as seguintes afirmativas e assinale a certa.
 - a) Todo eleitor é cidadão, embora nem sempre possa exercer todos os direitos políticos.
 - b) A idade mínima de trinta anos é condição de elegibilidade para Presidente da República.
 - c) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios também para os analfabetos.
 - d) A idade mínima de vinte e um anos é condição de elegibilidade para Governador de Estado.

2. Analise as seguintes afirmativas sobre os Poderes da União e assinale a certa.
 - a) Como decorrência do princípio da independência e harmonia dos Poderes, o Poder Executivo não participa do processo legislativo.
 - b) O Presidente da República poderá vetar uma emenda constitucional devidamente aprovada pelos membros do Congresso Nacional.
 - c) Poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional que pretenda abolir a separação dos Poderes.
 - d) Cada um dos Poderes pode organizar livremente seus serviços, observando apenas os preceitos constitucionais e legais.

3. Analise as seguintes afirmativas e assinale a certa.
 - a) A União não poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal para assegurar a observância dos direitos da pessoa.
 - b) O Distrito Federal tem vedada sua divisão em Municípios.
 - c) A União não poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública.
 - d) Os Estados não poderão incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, nem formarem novos Estados.

4. Analise as seguintes afirmativas e assinale a certa.
 - a) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.
 - b) Os membros do Senado Federal são eleitos pelo sistema majoritário, sendo que um terço dos senadores exerce o mandato por quatro anos e dois terços dos senadores exercem o mandato por oito anos.

- c) Todos os cargos do Poder Legislativo são preenchidos pelo sistema proporcional, pelo voto direto e secreto dos eleitores.
- d) A Câmara de Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

Execução OAB/SC

Página 1 de 24

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina

Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Objetiva

PROVA TIPO 1

5. Analise as seguintes afirmativas:

- I. Em nossa legislação, plebiscito e referendo significam a mesma coisa.
- II. O plebiscito é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.
- III. O referendo é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.
- IV. A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Câmara dos Deputados, subscrito por, no mínimo, dois por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

Face ao texto constitucional:

- a) as afirmativas I e II estão certas.
- b) as afirmativas I e IV estão certas.
- c) as afirmativas III e IV estão certas.
- d) as afirmativas II e III estão certas.

6. Analise as seguintes afirmativas:

- I. Não pode ser objeto de deliberação proposta de emenda constitucional tendente a abolir a separação dos Poderes; a forma federativa de Estado; os direitos e garantias individuais; e o voto secreto, universal e periódico.

- II. O projeto de emenda constitucional poderá ser de iniciativa de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.
- III. A emenda constitucional é considerada aprovada se obtiver maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, reunidos em sessão unicameral.
- IV. As leis complementares serão aprovadas por maioria simples, em ambas as casas do congresso nacional.

Face ao texto constitucional:

- a) as afirmativas III e IV estão certas.
- b) as afirmativas I e IV estão certas.
- c) as afirmativas I e II estão certas.
- d) as afirmativas II e III estão certas.

Execução OAB/SC
Página 2 de 24

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina
Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Objetiva

PROVA TIPO 1

7. Analise as seguintes afirmativas:

- I. O Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria simples do Senado Federal.
- II. O Supremo Tribunal Federal é competente para processar e julgar, originariamente, o *habeas corpus*, quando o ato de coação emanar de decisão colegiada de Tribunal Superior.
- III. Os litígios entre Estado estrangeiro, ou organismo internacional, e a União, são julgados pelo Supremo Tribunal Federal.

Face ao texto constitucional:

- a) somente a afirmativa I está certa.
- b) as afirmativas II e III estão certas.
- c) as afirmativas I e II estão certas.

certas. d) as afirmativas I e III estão certas.

8. Analise as seguintes afirmativas:

- I. A pena de morte somente pode ser aplicada na República Federativa do Brasil, em caso de guerra declarada.
- II. A pena de morte não pode ser aplicada na República Federativa do Brasil, em nenhuma hipótese.
- III. A pena de morte pode ser introduzida na República Federativa do Brasil por meio de emenda constitucional ou em processo de revisão constitucional.

Face ao texto constitucional:

- a) as afirmativas I e II estão certas.
- b) as afirmativas II e III estão certas.
- c) as afirmativas I e III estão certas.
- d) somente a afirmativa I está certa.

Execução OAB/SC

Página 3 de 24

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina

Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Objetiva

PROVA TIPO 1

DIREITO ADMINISTRATIVO

9. Com relação ao regime jurídico que preside os serviços públicos:

- I. A Constituição Federal prevê a adoção de legislação específica

para a matéria, facultando a transferência da sua execução a particulares.

- II. A natureza jurídica dos serviços públicos, em razão da sua transferência a particulares, é mista: público/privada.
- III. Em decorrência do disposto na Constituição Federal, os serviços públicos sujeitam-se ao regime próprio das empresas privadas.

Indique a alternativa correta.

- a) Somente a alternativa II está correta.
- b) Somente a alternativa III está correta.
- c) A alternativa I está correta.
- d) As alternativas I e II estão corretas.

10. No que se refere à legislação atinente aos serviços públicos:

- I. A lei 8987/95 (regulamentadora da transferência de serviços públicos a particulares) veio regulamentar o disposto na Constituição Federal, tratando, entre outros temas, da permissão e concessão de serviços públicos.

II. No que se refere ao processo licitatório para a transferência da execução de serviços públicos por particulares, aplica-se a lei 8666/93, na sua integralidade.

- III. Segundo a lei 8987/95, a permissão de serviço público é um contrato de adesão de caráter precário e está sujeito à revogação unilateral pelo Poder Público.

Indique a alternativa correta.

- a) A alternativa II está correta.
- b) As alternativas I, II e III estão corretas.
- c) Somente a alternativa III está correta.
- d) As alternativas I e III estão corretas.

11. Ainda a respeito dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) A discricionariedade administrativa não se vincula, diretamente, ao âmbito constitucional.
- b) Em circunstâncias especiais, os atos administrativos podem suprir o vazio da lei, estabelecendo um novo direito ou obrigação.
- c) É no âmbito da legalidade *lato sensu* que se irradia o espaço de controle da discricionariedade do ato administrativo.
- d) A licença e a autorização são os únicos exemplos de atos administrativos dependentes da prévia manifestação do particular.

PROVA TIPO 1

12. Analise as afirmativas seguintes, no que se refere a contratos administrativos.
- I. Pela regra geral, seus prazos de duração vinculam-se à vigência dos seus respectivos créditos orçamentários, havendo exceções legais para casos específicos.
 - II. As chamadas “cláusulas exorbitantes” dos contratos administrativos permitem ao Poder Público rescindir unilateralmente o contrato, sem a prévia anuência do Poder Judiciário.
 - III. A sua celebração com o particular depende, sem exceções, de prévio processo licitatório.
- Indique a alternativa correta.
- a) As alternativas I e II estão corretas.
 - b) Somente a alternativa I está correta.
 - c) As alternativas I e III estão corretas.
 - d) Somente a alternativa II está correta.
13. Assinale a alternativa correta, no que se refere aos atos administrativos.
- a) O mérito do ato administrativo diz respeito aos elementos e pressupostos que o ato deve atender, em conformidade com a lei que o prevê, no momento da sua expedição.
 - b) As expressões “atos administrativos” e “atos políticos ou de governo” significam, rigorosamente, a mesma coisa.
 - c) O princípio constitucional implícito da proporcionalidade não é o instrumento normativo, utilizado pelo Judiciário, para adentrar no âmbito da discricionariedade do ato administrativo.
 - d) Por meio de seu pressuposto de *causa*, o Judiciário pode controlar a validade do ato administrativo, mesmo quando a lei não enuncia a motivação que justifica a expedição de tais atos.
14. Assinale a alternativa correta, quanto à estrutura organizacional da Administração Pública.
- a) Somente as sociedades de economia mista sujeitam-se ao regime

- jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas, tributárias e civis.
- b) A desconcentração administrativa pressupõe a divisão entre uma administração direta, formada pelos entes de cúpula do Poder Executivo, e uma administração indireta, formada por autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - c) O modelo de descentralização administrativa pressupõe uma divisão entre órgãos de cúpula e entidades autônomas, sem subordinação hierárquica aos órgãos controladores.
 - d) As fundações públicas, embora integrem a Administração Pública, não pertencem à Administração Indireta.

Execução OAB/SC

Página 5 de 24

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina

Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Objetiva

PROVA TIPO 1

15. Assinale a alternativa correta, no que se refere às licitações públicas.
- a) A legislação licitatória, em atendimento aos princípios da isonomia e da melhor proposta a ser escolhida pela Administração, nos seus negócios com particulares, não admite a contratação direta.
 - b) Embora a lei 8666/93 (lei de licitações e contratos administrativos) proíba a criação de outras modalidades licitatórias, além das previstas, legislação posterior criou nova modalidade, aplicável a todos os entes políticos do Estado.
 - c) Quando convocado a assinar o termo do contrato, se o vencedor do certame licitatório não se apresentar para assinatura do termo, a Administração Pública deverá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para levar a efeito tal ato.
 - d) Segundo a lei 8666/93, o contrato administrativo se define pelo ajuste de vontades entre a Administração Pública e entidades públicas e privadas.
16. Ainda quanto às licitações públicas, assinale a alternativa correta.
- a) Quando da inabilitação do participante do certame licitatório, este somente pode entrar com recurso na via judicial por meio de mandado de segurança.
 - b) O sistema de registro de preços previsto na lei 8666/93 deve ser regulamentado, segundo as especificidades regionais, por meio de decreto expedido pelo chefe do poder executivo somente em casos

- excepcionais.
- c) Os autores de projetos básicos ou executivos não poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação ou mesmo da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários.
 - d) A revogação do processo licitatório é atribuição de discricionariedade ampla por parte da autoridade que determinou a abertura do seu edital, havendo ou não mudanças posteriores ao edital.

Execução OAB/SC
Página 6 de 24

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina
Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Objetiva

PROVA TIPO 1

DIREITO TRIBUTÁRIO

17. Indique a afirmativa certa.

- a) A Constituição Federal enumera os impostos de competência da União, que pode instituir, mediante lei complementar, outros além dos previstos, desde que sejam respeitadas as restrições constantes da Carta Maior quanto à natureza, ao fato gerador e à base de cálculo.
- b) A Constituição Federal enumera os impostos de competência da União, que, somente por Emenda Constitucional, poderá instituir novos impostos, além dos já previstos para compor a sua receita tributária.
- c) A enumeração dos impostos da União pela Constituição Federal é exaustiva, vedada a sua ampliação, exceto com autorização especial do Senado.
- d) A enumeração dos impostos da União pela Constituição Federal é exaustiva, podendo lei complementar ampliá-los somente se

se tratar de impostos extraordinários, na iminência ou no caso de guerra externa.

18. De acordo com o CTN, é certo dizer que Lançamento é:
- a) o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.
 - b) o ato que faz nascer a obrigação tributária.
 - c) expressão da competência tributária, exercida pelo órgão legislador respectivo.
 - d) sinônimo de Decreto do Executivo sobre matéria tributária.
19. Assinale a alternativa certa.
- a) Normas particulares podem estabelecer quem será responsável pelo pagamento do tributo, devendo a Fazenda Pública respeitar a convenção entre as partes, exigindo o tributo daquele que o contrato estipular, exceto se ficar comprovada a intenção dos envolvidos de fraudar obrigação tributária.
 - b) Normas particulares podem estabelecer quem será responsável pelo pagamento do tributo, devendo a Fazenda Pública respeitar a convenção entre as partes, exigindo o tributo daquele que o contrato estipular.
 - c) Normas particulares podem estabelecer quem será responsável pelo pagamento do tributo, mas essa convenção não é oponível à Fazenda Pública, que sempre exigirá o tributo do sujeito passivo indicado pela lei.
 - d) Normas particulares não podem estabelecer quem será responsável pelo pagamento do tributo. Eventual convenção nesse sentido não vale entre as partes, eis que nula de pleno direito.
20. O princípio da seletividade se aplica:
- a) às taxas.
 - b) ao ICMS.
 - c) às IPVA.
 - d) às contribuições.

Execução OAB/SC

Página 7 de 24

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina

Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Objetiva

PROVA TIPO 1

21. Assinale a alternativa **ERRADA**.

- a) Taxa é um tributo não vinculado, eis que, para sua exigência, independe de qualquer atividade estatal

- específica, relativa ao contribuinte.
- b) Taxa é um tributo que pode ser instituído pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - c) Taxa é um tributo vinculado, eis que, para sua exigência, é necessária atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
 - d) Taxa é um tributo que pode ser instituído em razão do exercício do poder de polícia.
22. A expressão “legislação tributária” não compreende:
- a) decretos.
 - b) tratados e convenções internacionais.
 - c) normas emanadas das autoridades administrativas.
 - d) prática reiterada de atos discricionários da administração tributária.
23. De acordo com o CTN, não suspende a exigibilidade do crédito tributário:
- a) moratória.
 - b) parcelamento.
 - c) impetração de mandado de segurança.
 - d) depósito integral do montante discutido.
24. Assinale a alternativa certa.
- a) A divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros é vedada em qualquer hipótese, excetuado somente o caso de requisição de autoridade judiciária, no interesse da justiça.
 - b) Os livros obrigatórios de escrituração fiscal e os comprovantes dos lançamentos deles efetuados devem ser conservados até que a Administração Pública os fiscalize.
 - c) A concessão de tutela antecipada em ação ordinária possibilita ao contribuinte devedor a obtenção de certidão positiva com efeitos de negativa.
 - d) As entidades imunes e as pessoas que não são contribuintes não precisam observar as exigências das autoridades administrativas em matéria de fiscalização.

PROVA TIPO 1

DIREITO PENAL

25. No caso de erro na execução, quando o resultado é diverso do pretendido, dispõe o Código Penal que:
- o agente responde somente por crime culposos, aplicando-se a regra do concurso material.
 - o agente responde por culpa, se o fato é previsto como crime culposos.
 - o agente responde por culpa, se o fato é previsto como crime culposos; se ocorre também o resultado pretendido, aplica-se a regra do crime continuado.
 - se ocorrer somente o resultado pretendido, o agente responde por crime culposos, aplicando-se a regra do concurso formal.
26. Nos crimes contra honra, especificamente calúnia e difamação, a pena será aumentada de um terço, se qualquer dos crimes é cometido:
- contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou portadora de deficiência.
 - contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos, criança ou adolescente.
 - contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos, portadora de deficiência ou se for criança.
 - contra pessoa menor de 60 (sessenta) anos ou portadora de deficiência.
27. No crime de seqüestro e cárcere privado, a pena é de reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos:
- se a vítima for ascendente, descendente, cônjuge do agente ou maior de 60 (sessenta) anos.
 - se a vítima for ascendente, descendente, cônjuge do agente e portador de doença mental.
 - se a vítima for ascendente, descendente, cônjuge do agente ou maior de 60 (sessenta) anos e portador de doença mental.
 - se a vítima for ascendente, descendente, cônjuge do agente ou maior de 60 (sessenta) anos e enfermo.
28. No que tange à extinção de punibilidade, é **ERRADO** afirmar que:

- a) o perdão judicial será concedido nos casos previstos em lei.
- b) extingue-se a punibilidade para o caso de perdão aceito e pela renúncia do direito de queixa, nos crimes de ação privada.
- c) extingue-se a punibilidade para o caso de retratação do agente, nos casos em que a lei admite.
- d) o perdão judicial será concedida indistintamente, para todos os delitos.

Execução OAB/SC
Página 9 de 24

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina
Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Objetiva

PROVA TIPO 1

29. Em relação às causas que interrompem a prescrição, assinale aquela que não interrompe o seu curso.
- a) O sentença condenatória recorrível
 - b) O oferecimento da denúncia ou da queixa
 - c) O início ou continuação do cumprimento da pena
 - d) O decisão confirmatória da pronúncia
30. Quanto à pena restritiva de direitos, é **ERRADO** afirmar que:
- a) a pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorre o descumprimento injustificado da restrição imposta.
 - b) se reincidente o condenado, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que em face da condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime.
 - c) no cálculo da pena privativa de liberdade, será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos.
 - d) sobrevindo outra condenação à pena privativa de liberdade por outro crime, o juiz recolherá obrigatoriamente ao presídio o beneficiado, para cumprimento da pena, integralmente em regime fechado.
31. É **ERRADO** afirmar que a omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado, se:
- a) tenha por lei a obrigação de cuidado, proteção ou vigilância.
 - b) com seu comportamento anterior não criou o risco da ocorrência do resultado.
 - c) com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do

- resultado.
- d) de outra forma, assumiu a responsabilidade de impedir o resultado.
32. No que tange à detração penal, é certo afirmar que:
- a) trata-se do perdão judicial, no qual o apenado trabalha 3(três) dias, por 1 (um) dia de pena perdoado.
 - b) trata-se da remição da pena, na qual o apenado trabalha 3(três) dias, por 1 (um) dia de pena remido.
 - c) trata-se do cômputo na pena privativa de liberdade e na medida de segurança do tempo de prisão provisória, no Brasil ou no estrangeiro, o de prisão administrativa e o de internação hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.
 - d) trata-se de regime especial, no qual não há detração e/ou remição para o condenado recolhido a hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.

*Execução OAB/SC
Página 10 de 24*

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina
Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Objetiva

PROVA TIPO 1

DIREITO PROCESSUAL PENAL

33. No julgamento pelo Tribunal do Júri, para sua instalação é necessária:
- a) a presença de 25 (vinte e cinco) jurados, sob pena de nulidade.
 - b) a presença de pelo menos 15 (quinze) jurados para constituí-lo, sob pena de nulidade.
 - c) a presença de pelo menos 07 (sete) jurados para constituí-lo, sob pena de nulidade.
 - d) a presença de 21 (vinte e um) jurados, sob pena de nulidade.
34. A pessoa que foi incluída ou excluída da lista geral de jurados poderá:
- a) interpor recurso em sentido estrito, cujo prazo legal é de 20 dias, contado da data da publicação definitiva da lista de jurados.
 - b) interpor recurso de agravo, cujo prazo legal é de 05 dias, contado da data da publicação definitiva da lista de jurados.
 - c) interpor recurso em sentido estrito, cujo prazo legal é de 05 dias,

- contado da data da publicação definitiva da lista de jurados.
- d) interpor protesto por novo júri, cujo prazo legal é de 60 dias, contado da data da publicação definitiva da lista de jurados.
35. Se a autoridade policial, no decorrer de um inquérito policial, tiver dúvidas quanto à sanidade mental do indiciado, poderá:
- a) determinar aos *experts* que procedam a um exame pericial do indiciado, prosseguindo as investigações.
 - b) nomear curador ao indiciado, prosseguindo as investigações.
 - c) interromper as investigações, representando ao juiz pelo arquivamento do inquérito policial.
 - d) representar ao juiz competente, cientificando-o de sua suspeita sobre a saúde mental do indiciado.
36. No que tange aos direitos do acusado, é correto afirmar que:
- a) o acusado possui o direito de não responder às perguntas que lhe forem formuladas, mas seu silêncio importará em confissão e prejudicará sua defesa.
 - b) o acusado possui o direito de permanecer calado, não respondendo às perguntas que lhe forem formuladas, e seu silêncio não importará em confissão e não prejudicará sua defesa.
 - c) o acusado deve falar, respondendo às perguntas que lhe forem formuladas, mas seu silêncio não importará em confissão e não prejudicará sua defesa.
 - d) o acusado deverá responder a todas as perguntas que lhe forem formuladas, e seu silêncio importará em confissão e prejudicará sua defesa.

Execução OAB/SC

Página 11 de 24

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina

Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Objetiva

PROVA TIPO 1

37. Quanto à Execução Penal, é correto afirmar que:
- a) as decisões desenvolver-se-ão perante o juízo da execução e, das decisões proferidas por este, caberá recurso de agravo, sem efeito suspensivo.
 - b) as decisões desenvolver-se-ão perante o juízo criminal de origem e, das decisões proferidas por este, caberá recurso de agravo, com

- efeito suspensivo.
- c) as decisões desenvolver-se-ão perante o juízo de origem e, das decisões proferidas por este, caberá apelação criminal, sem efeito suspensivo.
 - d) as decisões desenvolver-se-ão perante o juízo da execução e, das decisões proferidas por este, caberá recurso em sentido estrito, com efeito suspensivo.
38. No que tange ao procedimento ordinário, é **ERRADO** afirmar que:
- a) caso as testemunhas de defesa não forem encontradas, e o acusado não se manifestar no prazo de 3 (três) dias, prosseguir-se-ão os termos do processo.
 - b) as testemunhas de acusação serão ouvidas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, quando o acusado estiver preso, e de 60 (sessenta) dias, quando estiver solto.
 - c) sempre que o juiz concluir a instrução fora do prazo, consignará nos autos os motivos da demora.
 - d) as testemunhas de acusação serão ouvidas dentro do prazo de 20 (vinte) dias, quando o acusado estiver preso, e de 40 (quarenta) dias, quando estiver solto.
39. Quanto à Prisão Temporária (Lei nº 7.960/89), é **ERRADO** afirmar que:
- a) será decretada pelo prazo de 15 dias, prorrogável por igual período, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou em face de representação da autoridade policial, em caso de extrema e comprovada necessidade, para evitar a evasão do acusado.
 - b) na hipótese da representação da autoridade policial, o Juiz, antes de decidir, ouvirá o Ministério Público.
 - c) será decretada pelo juiz, em face de representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e se dará pelo prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
 - d) somente poderá ser executada depois da expedição de mandado judicial, em duas vias, uma das quais será entregue ao indiciado e servirá como nota de culpa.

PROVA TIPO 1

40. No que tange à prisão preventiva, é certo afirmar que, para que ocorra sua decretação é imprescindível a prova da existência do crime e indício suficiente de autoria, ela se justifica:
- a) como garantia do processo da prisão temporária, da ordem econômica, para assegurar a execução da pena, nos crimes hediondos praticados sob o pálio das cláusulas de excludente de ilicitude.
 - b) em qualquer circunstância, se verificado pelo juiz, no conjunto probatório, que o agente praticou o fato sob o pálio das cláusulas de excludente de ilicitude.
 - c) como garantia da ordem pública e da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar e aplicação da lei penal.
 - d) como garantia da ordem pública e da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, somente para os crimes punidos com detenção e prisão simples.

DIREITO CIVIL

41. Assinale a alternativa correta, de acordo com o Código Civil Brasileiro vigente.
- a) Exige-se, para aquisição da personalidade, além do nascimento com vida, que o feto seja viável.
 - b) O nascituro e o nascido com vida que vier a falecer em seguida têm o mesmo tratamento jurídico.
 - c) Capacidade é o mesmo que legitimação.
 - d) O nascituro tem direitos assegurados pelo legislador. Um exemplo disso é a possibilidade de ser donatário.
42. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta, de acordo com o direito civil pátrio.
- a) Se, ocorrendo a morte de um casal casado no regime da comunhão parcial de bens, sem filhos nem ascendentes vivos, apenas irmãos, for declarada a comoriência, a consequência será idêntica à situação de falecimento primeiro da esposa e depois do marido.
 - b) São características dos direitos da personalidade, entre outras, a intransmissibilidade e a irrenunciabilidade. As duas características

apontadas se traduzem na indisponibilidade desses direitos que, no entanto, é relativa, sendo permitida a cessão de seu uso, em alguns casos.

- c) Em se tratando dos direitos da personalidade, não são possíveis medidas preventivas à sua violação, de acordo com o Código Civil.
- d) Os direitos da personalidade estão exaustivamente previstos nos artigos 11 a 21 do Código Civil.

Execução OAB/SC

Página 13 de 24

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina

Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Objetiva

PROVA TIPO 1

43. Assinale a alternativa correta.

- a) A fungibilidade é classificação adotada tanto para bens quanto para obrigações de fazer.
- b) Pertencas têm a mesma destinação dos bens acessórios.
- c) A fungibilidade de um bem pode resultar não só da sua natureza, como também da vontade das partes, de acordo com a sua destinação.
- d) A indivisibilidade de um bem por vontade das partes tem prazo máximo de cinco anos, suscetível de prorrogação.

44. A doação de um imóvel é um negócio jurídico:

- a) unilateral receptício, gratuito, solene.
- b) bilateral, gratuito, solene.
- c) unilateral, gratuito, solene.
- d) bilateral, oneroso, solene.

45. Assinale a alternativa correta.

- a) O encargo pode produzir os efeitos de condição suspensiva, se assim for estabelecido expressamente.
- b) Havendo condição suspensiva, não se suspende a aquisição do direito, mas só os seus efeitos.
- c) A condição resolutiva aposta em um negócio de execução continuada, se configurada, revoga os atos praticados até então.
- d) São consideradas inexistentes as condições perplexas, as resolutivas impossíveis e as de não fazer coisa impossível.

46. Assinale a alternativa correta.

- a) A simulação é causa de anulabilidade do negócio jurídico.
- b) O dolo de terceiro só anula o negócio jurídico se a parte a quem ele aproveita souber ou tiver obrigação de saber da sua existência.
- c) Para se verificar a existência de lesão em um negócio jurídico, considera-se todo o tempo de execução do contrato, e não apenas o momento da sua celebração.
- d) A anulabilidade é decretada no interesse coletivo, é de ordem pública e de ordem geral; a nulidade é decretada no interesse privado da pessoa prejudicada.

Execução OAB/SC

Página 14 de 24

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina

Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Objetiva

PROVA TIPO 1

47. Assinale a alternativa correta, de acordo com o Código Civil Brasileiro vigente.

- a) O viúvo que tiver filho do cônjuge falecido não pode casar enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros.
- b) Não podem casar os ascendentes com os descendentes, ainda que o parentesco seja civil.
- c) Com a dissolução do casamento, extingue-se toda a forma de afinidade que tinha sido adquirida com ele.
- d) O casamento válido se dissolve pela morte de um dos cônjuges, pela nulidade ou a anulação do casamento, pela separação judicial ou pelo divórcio.

48. Quanto à prescrição e à decadência, é correto afirmar:

- a) Os prazos, tanto de prescrição, quanto de decadência, nunca podem ser alterados por acordo das partes.
- b) O código civil não distingue a decadência legal da convencional.

- c) A prescrição extingue a pretensão, e a decadência atinge o direito.
- d) A prescrição não pode ser declarada de ofício pelo juiz, ao contrário da decadência prevista em lei, que pode.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

49. Quanto a comunicação dos atos processuais é **ERRADO** afirmar:
- a) A intimação do Ministério Público, em qualquer caso será feita pessoalmente.
 - b) A citação não poderá ser efetuada pelo correio, nos processos de execução, exceto nos procedimentos da Lei 9.099/95.
 - c) Comparecendo o réu apenas para argüir a nulidade da citação, e sendo esta decretada, considerar-se-á feita a citação na data em que seu advogado for intimado da decisão.
 - d) A carta rogatória para citação de pessoa domiciliada e residente no Brasil será cumprida após a concessão do *exequatur* pelo Superior Tribunal de Justiça.
50. Assinale a alternativa certa.
- a) Antes da audiência preliminar, o juiz não poderá fazer a inspeção de um imóvel.
 - b) Depois de arrolada a testemunha, a parte não poderá substituí-la, se esta mudou de residência e não foi encontrada pelo oficial de justiça.
 - c) O juiz apreciará livremente as provas produzidas pelas partes, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes; mas deverá indicar, na sentença, os motivos que lhe formaram o convencimento.
 - d) O juiz não poderá nomear mais de um perito para a produção da prova pericial.

Execução OAB/SC

Página 15 de 24

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina

Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Objetiva

PROVA TIPO 1

51. Assinale a alternativa **ERRADA**.
- a) É condição de admissibilidade do agravo de instrumento, desde que alegado e provado pela parte, que o agravante tenha requerido a juntada aos autos do processo no juízo *a quo*, de cópia do recurso, no prazo de três dias.

- b) Cabe agravo regimental para o TJSC, no prazo de cinco dias, da decisão que não recebe o agravo de instrumento.
- c) São requisitos essenciais da sentença o relatório a fundamentação e o dispositivo.
- d) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos os interesses, e a confissão feita por um dos litisconsortes fará prova somente contra o confitente.

52. No processo de execução, é certo afirmar:

- a) O formal, a certidão de partilha e a sentença arbitral, são títulos executivos extrajudiciais.
- b) Tem-se como regra no CPC que o recurso especial e o recurso extraordinário possuem o duplo efeito: devolutivo e suspensivo.
- c) O processo de execução não poderá ser suspenso por convenção das partes.
- d) A penhora de bens imóveis é realizada mediante o auto ou termo de penhora, cabendo ao exeqüente o registro perante o ofício imobiliário, independentemente de mandado judicial.

53. Quanto ao procedimento previstos nos juizados especiais de causas cíveis, é certo afirmar:

- a) As sociedades anônimas e as microempresas não poderão ser autoras no juizado especial de causas cíveis.
- b) As partes poderão instituir a arbitragem, independentemente de termo de compromisso, com a escolha do árbitro dentre juízes leigos.
- c) O preparo da apelação compreenderá todas as despesas processuais, inclusive as dispensadas em primeiro grau de jurisdição, devendo a parte deverá comprová-lo no ato da interposição do recurso, sob pena de deserção.
- d) Os embargos de declaração, quando interpostos contra sentença, interrompem o prazo para o recurso de apelação.

PROVA TIPO 1

54. Analise as afirmativas abaixo.

- I. A denúncia da lide e o chamamento ao processo poderão ser feitos pelo autor e pelo réu.
- II. Determina-se a competência no momento em que a ação é proposta. São irrelevantes as modificações de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência, em razão da matéria e da hierarquia.
- III. É permitida a utilização de transmissão de dados pelo fac-símile, quando a prática do ato dependa de petição escrita e não esteja sujeita a prazo; os originais, porém, deverão ser entregues, necessariamente, nos cinco dias seguintes contados da data da recepção do material.
- IV. A execução definitiva é feita nos autos suplementares, onde houver, e a execução provisória por carta de sentença, extraída pelo escrivão e assinada pelo juiz.
- V. A ação monitória poderá ser proposta por quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, a entrega de coisa infungível ou de determinado imóvel.

Indique a alternativa correta.

- a) II, III e V estão corretas.
- b) I, II e IV estão corretas.
- c) todas estão corretas.
- d) II e III estão corretas.

55. Assinale a alternativa correta.

- a) O prazo para contestar a ação cautelar é de cinco dias, contados da efetivação da medida cautelar.
- b) Na ação de consignação em pagamento, o Réu somente poderá alegar que o depósito não se efetuou no prazo ou no lugar do pagamento ou que o depósito não foi integral.
- c) Se interposto recurso, a medida cautelar deverá ser proposta diretamente no tribunal em que o recurso deverá ser julgado.
- d) As medidas cautelares conservam a sua eficácia pelo prazo de 30 dias e na pendência do processo principal, não podendo ser revogadas ou modificadas pelo juiz.

56. Assinale a alternativa **ERRADA**.

- a) São consideradas condições da ação o interesse de agir, a possibilidade jurídica do pedido e a legitimidade de parte.
- b) Haverá extinção do processo, sem julgamento do mérito, quando o

- juiz pronunciar a decadência do direito da parte autora.
- c) Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito, quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal.
 - d) O magistrado poderá, a requerimento da parte, antecipar parcialmente os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, se existir prova inequívoca e convencimento do juiz em casos de apelação em que se verifique o manifesto propósito protelatório.

Execução OAB/SC

Página 17 de 24

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina

Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Objetiva

PROVA TIPO 1

DIREITO COMERCIAL

57. Em relação à caracterização da atividade empresarial, é correto afirmar:
- a) Considera-se empresário o sócio responsável pela administração de uma sociedade limitada.
 - b) Sociedade de médicos será considerada empresária, se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
 - c) Sociedade de advogados será considerada empresária, se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
 - d) Considera-se empresário a pessoa natural que seja sócia majoritária de sociedade limitada.
58. A respeito da classificação das sociedades, adotada pelo Código Civil, é correto afirmar:
- a) Sociedades anônimas serão sempre empresárias.
 - b) Sociedade em comum é aquela cuja personalidade jurídica inicia-se antes mesmo da assinatura dos seus atos constitutivos.
 - c) Uma sociedade simples não pode adotar a forma de sociedade limitada.
 - d) Os atos constitutivos das sociedades simples são registrados no Cartório de Registro Civil, e os das sociedades limitadas, na Junta Comercial.
59. O capital social das sociedades limitadas divide-se em quotas, a respeito das quais é correto afirmar:
- a) O contrato social da sociedade limitada pode estabelecer que um sócio integralize seu capital com trabalho, se todos os demais sócios concordarem.
 - b) Uma sociedade limitada, cujo capital seja dividido em cem quotas

- pode ter três sócios, cada um titular de 33,33 quotas.
- c) O capital de uma sociedade limitada pode ser dividido em apenas duas quotas; uma no valor de dois mil reais, e outra no valor de cinco mil reais.
 - d) Não é possível haver mais de um titular para cada quota.
60. Quanto à administração das sociedades limitadas, é correto afirmar:
- a) As sociedades limitadas podem ser administradas por quem não seja sócio.
 - b) O contrato social deverá identificar a pessoa do administrador.
 - c) O administrador somente poderá ser destituído pelos demais sócios se houver unanimidade, não se computando o voto do próprio administrador.
 - d) Para a escolha do administrador, bastam os votos de sócios que representem a metade do capital social.

Execução OAB/SC

Página 18 de 24

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina

Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Objetiva

PROVA TIPO 1

61. A respeito do conselho de administração das sociedades anônimas, é correto afirmar:
- a) O conselho de administração é o órgão máximo deliberativo nas sociedades anônimas.
 - b) O conselho de administração é órgão obrigatório nas sociedades anônimas.
 - c) O conselho de administração será composto por, no mínimo, seis membros, incluindo os diretores da companhia.
 - d) Os membros do conselho de administração são necessariamente acionistas.
62. Relativamente às ações que compõem o capital da sociedade anônima, é correto afirmar:
- a) As companhias abertas podem ter suas ações ordinárias divididas em classes.
 - b) Ações ordinárias dão direito a voto, e ações preferenciais não dão direito a voto.

- c) O acionista que for titular de mais da metade do capital social de uma companhia será o controlador.
- d) As sociedades anônimas, constituídas anteriormente ao ano de 2001, podem ter seu capital composto por ações preferenciais sem direito a voto, em número não superior a dois terços do total do capital social.

63. Em relação ao cheque, é correto afirmar:

- a) O cheque é uma ordem de pagamento à vista. Qualquer menção em contrário o descaracteriza como título de crédito.
- b) O tomador do cheque que não o apresenta ao banco no prazo definido em lei perde o direito de executá-lo.
- c) A contra-ordem ao pagamento do cheque só produz efeitos após o prazo de apresentação, mas a oposição produz efeito imediatamente.
- d) A morte do emitente, após a emissão do cheque, invalida o título.

64. Em relação à letra de câmbio, é correto afirmar:

- a) O emitente não pode proibir a sua apresentação para aceite.
- b) O emitente é seu devedor principal.
- c) O prazo de vencimento deve ocorrer em data fixa estabelecida na letra.
- d) O sacado não é obrigado a aceitá-la.

*Execução OAB/SC
Página 19 de 24*

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina
Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Objetiva

PROVA TIPO 1

DIREITO DO TRABALHO

65. Não tem natureza salarial:

- a) a gratificação de função.
- b) a gorjeta espontânea dada pelo cliente.
- c) a participação nos lucros.
- d) a ajuda de custo que exceda a 50% da remuneração.

66. Assinale a alternativa certa.

- a) O adicional noturno garantido ao trabalhador urbano é inferior àquele estabelecido para o trabalhador rural.
- b) O trabalhador doméstico, que trabalha mais de oito horas diárias, deve ter remuneradas as horas extras decorrentes, com o adicional de, no mínimo, 50%.
- c) Em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de seis horas, de acordo com a CLT é obrigatória a concessão de um intervalo mínimo de 30 minutos para repouso ou alimentação.
- d) Ao trabalhador temporário somente é garantido o recebimento de horas extras quando ultrapassado o limite diário de 10 horas de trabalho.

67. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho:

- I. Causa em que o reclamado encontra-se em local desconhecido ou incerto não pode ser processada pelo rito sumaríssimo.
- II. O prazo para interpor recurso ordinário no procedimento sumaríssimo é o mesmo do rito ordinário.
- III. Em se tratando de causa submetida ao rito sumaríssimo, a divergência jurisprudencial entre Tribunais do Trabalho não enseja a admissão de recurso de revista.

Feita a análise das proposições apresentadas, identifique a alternativa correta.

- a) Somente as alternativas I e II estão corretas.
- b) Somente as alternativas I e III estão corretas.
- c) Somente a alternativa II está correta.
- d) As alternativas I, II e III estão corretas.

PROVA TIPO 1

68. De acordo com a CLT, quanto ao empregado que se embriaga, é certo afirmar:
- a) só pode ser despedido por justa causa, se o fizer habitualmente em serviço.
 - b) pode ser despedido por justa causa, se o fizer habitualmente, mesmo fora do serviço.
 - c) não pode ser despedido por justa causa.
 - d) só pode ser despedido por justa causa, se o fizer em serviço.
69. Não constitui requisito para ajuizamento de dissídio coletivo o (a):
- a) ajuizamento na data-base da categoria.
 - b) formulação de proposta de composição do conflito coletivo.
 - c) autorização da categoria, por meio de assembléia geral.
 - d) esgotamento das vias de negociação coletiva.
70. Analise as afirmações abaixo, relativas às conseqüências do Acidente de Trabalho.
- I. O segurado que sofreu acidente de trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção de seu contrato de trabalho, após a cessação do auxílio-doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio-acidente.
 - II. Não são devidos os depósitos do FGTS, no caso de trabalhador afastado do trabalho por acidente de trabalho, com gozo de benefício previdenciário.
 - III. O acidente de trabalho que redunde na necessidade de afastamento do empregado por período superior a 15 dias, por constituir mera interrupção do contrato, redunde na responsabilidade do empregador em pagar os salários por todo o período do tratamento.
- E assinale a alternativa certa.
- a) As proposições I, II e III estão incorretas.
 - b) As proposições I e III estão corretas.
 - c) As proposições I, II e III estão corretas.
 - d) Somente a proposição I está correta.

71. No processo do trabalho, a nulidade não será pronunciada, quando:

- a) for argüida na primeira vez em que a parte tiver de falar em audiência ou nos autos.
- b) for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.
- c) for argüida por quem não lhe tiver dado causa.
- d) resultar manifesto prejuízo às partes litigantes.

Execução OAB/SC

Página 21 de 24

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina

Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Objetiva

PROVA TIPO 1

72. O salário complessivo:

- a) só se admite em determinadas condições previstas na CLT.
- b) acarreta a nulidade da cláusula contratual que o estabeleça.
- c) é admissível, desde que previsto expressamente em contrato escrito.
- d) só é válido se for previsto em convenção coletiva de trabalho.

ESTATUTO DA OAB

73. Assinale a alternativa correta, segundo o Estatuto da OAB e seu Código de Ética.

- a) As atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas são privativas de advogados.
- b) A impetração de *habeas corpus*, em qualquer instância ou tribunal, é uma atividade privativa de advogado.
- c) Somente com autorização do Conselho Federal da OAB é permitida a divulgação de advocacia, em conjunto com outra atividade.
- d) O advogado que renunciar ao mandato continuará, durante os quinze dias seguintes à notificação da renúncia, a representar o mandante, salvo se for substituído antes do término desse prazo.

74. Assinale a alternativa correta, segundo o Estatuto da OAB e seu Código de Ética, considerando o dispositivo seguinte:

Não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público, devendo todos

tratar-se com consideração e respeito recíprocos.

- a) O Advogado tem direito de comunicar-se com os seus clientes, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando esses se acharem presos, detidos ou recolhidos em estabelecimentos civis ou militares, salvo aqueles considerados incomunicáveis.
- b) O Advogado tem direito a examinar, em qualquer órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo, ou da Administração Pública em geral, autos de quaisquer processos findos ou em andamento, assegurada a obtenção de cópias, podendo tomar apontamentos.
- c) O Advogado tem direito a ingressar livremente nas salas de sessões dos tribunais, respeitado os cancelos que separam a parte reservada aos magistrados.
- d) O Advogado tem direito de dirigir-se diretamente aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho, independentemente de horário previamente marcado ou de outra condição, observando-se a ordem de chegada.

Execução OAB/SC

Página 22 de 24

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina

Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Objetiva

PROVA TIPO 1

75. Assinale a alternativa correta, segundo o Estatuto da OAB e seu Código de Ética.
- a) Salvo estipulação em contrário, um terço dos honorários é devido no início do serviço, outro terço até a decisão de primeira instância e o restante no final.
 - b) O advogado substabelecido, com ou sem reserva de poderes, pode cobrar honorários sem a intervenção daquele que lhe conferiu o substabelecimento.
 - c) Licencia-se o advogado que passar a exercer, em caráter definitivo, atividade incompatível com a advocacia.
 - d) Prescreve em dois anos a ação de cobrança de honorários de advogado, contado o prazo do trânsito em julgado da decisão que os fixar.
76. Assinale a alternativa correta, segundo o Estatuto da OAB e seu Código de Ética, considerando o dispositivo seguinte:
- Os advogados podem reunir-se em sociedade civil de

prestação de serviço de advocacia, na forma estipulada no Estatuto da OAB e no seu Regulamento Geral.

- a) O advogado não pode integrar mais de uma sociedade de advogados com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.
- b) A razão social deve ter, obrigatoriamente, o nome de, pelo menos, um advogado responsável pela sociedade, não podendo permanecer o de sócio falecido, mesmo quando prevista tal possibilidade no ato constitutivo.
- c) A sociedade de advogados adquire personalidade jurídica com o registro dos seus atos constitutivos no Cartório de Títulos e Documentos da Cidade em cuja base territorial tiver sede.
- d) Podem funcionar as sociedades de advogados que incluam sócio não inscrito como advogado, desde que este fato seja informado nos seus atos constitutivos.

77. Assinale a alternativa correta, segundo o Estatuto da OAB e seu Código de Ética.

- a) O advogado pode estabelecer entendimento com a parte adversa, sem autorização do cliente ou ciência do advogado contrário, somente quando o contrato de honorários e a procuração assim permitirem.
- b) Não constitui infração disciplinar a embriaguez habitual.
- c) O advogado pode valer-se de agenciador de causas, mediante participação dos honorários a receber, somente nas lides de natureza alimentar.
- d) O advogado, provando haver justa causa, pode violar sigilo profissional.

Execução OAB/SC

Página 23 de 24

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Santa Catarina

Exame de Ordem - 2004.1 - Prova Objetiva

PROVA TIPO 1

78. Assinale a alternativa correta, segundo o Estatuto da OAB e seu Código de Ética.

A advocacia é incompatível, mesmo em causa própria, com as seguintes atividades:

- a) O exercício de cargos ou funções vinculados diretamente a qualquer órgão que exerça serviços notariais.
- b) O exercício de cargos ou funções de direção em

órgãos da Administração Pública direta ou indireta; em suas fundações, não havendo incompatibilidade, porém, ao exercício de cargos em concessionárias de serviço público.

- c) O exercício de funções de direção e gerência, em instituições financeiras públicas, não havendo incompatibilidade, porém, quando se tratar de instituições financeiras privadas.
- d) Militares de qualquer natureza, na ativa ou reserva.

79. Assinale a alternativa correta, segundo o Estatuto da OAB e seu Código de Ética.

- a) Fica impedido de exercer o mandato profissional o advogado que houver sofrido as sanções disciplinares de censura, suspensão ou exclusão.
- b) Aplica-se a prescrição a todo processo disciplinar paralisado por mais de dois anos, pendente de despacho ou julgamento.
- c) A pretensão à punibilidade das infrações disciplinares prescreve em cinco anos, contados da data da constatação oficial do fato.
- d) A prescrição do processo disciplinar interrompe-se pela notificação feita ao representado, ou, pertencendo este à sociedade de advogados, a qualquer um de seus sócios.

80. Assinale a alternativa **ERRADA**, segundo o Estatuto da OAB e seu Código de Ética.

- a) Compete à OAB fixar e cobrar de seus inscritos contribuições, serviços e multas, constituindo título executivo judicial a certidão, passada pela diretoria do Conselho competente, de créditos previstos acima.
- b) O pagamento da contribuição anual à OAB isenta o advogado do pagamento da contribuição sindical.
- c) A OAB, por constituir serviço público, goza de imunidade tributária total em relação a seus bens e rendas, mas a imunidade não se aplica a seus serviços.
- d) A remuneração para o cargo de conselheiro ou de membro de diretoria de órgão da OAB é estipulada na primeira assembléia geral de cada ano, de cada Seccional e do Conselho Federal.

GABARITOS OAB - SANTA CATARINA 1º FASE - 1º

EXAME 2004 ARQUIVO - 2111

A seguir estão disponibilizados os **Gabaritos das Provas Objetivas do Exame de Ordem 2004.1. OAB - Seção Santa Catarina Exame de Ordem 2004.1 Gabarito das provas**

Qst	Tipo1	Tipo2	Tipo3	Tipo4
01	A	A	D	D
02	D	A	B	C
03	B	B	C	A
04	A	D	D	C
05	D	C	C	B
06	C	A	B	B
07	B	C	B	A
08	D	A	C	C
09	C	D	D	A
10	D	C	A	D
11	C	A	B	A
12	A	C	B	D
13	D	B	C	B
14	C	C	B	C
15	B	A	C	C
16	C	B	D	A
17	A	D	A	B
18	A	C	D	A
19	C	B	A	A
20	B	B	D	D
21	A	A	B	B
22	D	A	D	A
23	C	C	D	C
24	C	B	B	C
25	B	C	A	A
26	A	A	B	C
27	A	A	D	D
28	D	D	C	B
29	B	B	D	A
30	D	B	A	B
31	B	D	D	D
32	C	C	C	A
33	B	B	C	C
34	A	D	B	D
35	D	C	B	B
36	B	B	C	C
37	A	C	B	D
38	B	A	A	C
39	A	D	C	A
40	C	C	D	A
41	D	B	A	B
42	B	D	D	D
43	C	C	A	C
44	B	D	D	D
45	A	C	C	B
46	B	A	C	D
47	B	D	D	B
48	C	D	A	D
49	D	A	D	C
50	C	C	C	A
51	B	D	D	D
52	D	D	B	B
53	B	B	D	B
54	D	D	A	C
55	C	B	C	A
56	B	C	D	C
57	B	C	C	D
58	A	A	A	C
59	C	A	D	A
60	A	B	D	A
61	D	A	A	D
62	D	C	B	C
63	C	D	C	D
64	D	C	A	B
65	C	C	A	C
66	A	D	B	B
67	D	B	C	D
68	B	A	C	B
69	A	C	D	C
70	D	B	C	C
71	B	D	B	B
72	B	B	C	D
73	A	C	A	D
74	D	C	B	A
75	A	A	C	B
76	A	A	B	A
77	D	B	D	B
78	A	B	A	B
79	C	C	B	D
80	*	*	*	*

* - Questão Anulada pela CEEO/SC